

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO**

**OS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO  
ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE AS JORNADAS DE JUNHO  
DE 2013**

**Jaques Maurício Petry**

**Passo Fundo  
2014**

**Jaques Maurício Petry**

**OS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO  
ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE AS JORNADAS DE JUNHO  
DE 2013**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo, como requisito para conclusão do curso, sob orientação da professora Maria Joana Chaise.

**Passo Fundo**

**2014**

## AGRADECIMENTO

Finalmente os agradecimentos, as últimas linhas que escrevo tornam-se as primeiras neste trabalho que há quatro anos eu mal imaginava estar escrevendo, quem dera concluindo. “Ontem”, quando acordei para o meu primeiro dia na tão sonhada faculdade, lembro que recebi um tijolo dos meus veteranos, este que até hoje eu guardo como o primeiro, do muro de conhecimento que construí até chegar aqui. Ao terminar o “temido” TCC, sinto saudades de tantas coisas boas que esses anos me proporcionaram, das pessoas que conheci, das amizades que fiz e dos momentos que vivi. Vou sentir muita falta de tudo isso, mas fico com a certeza de que tudo valeu a pena.

O meu sucesso devo, sem sombra de dúvida, à minha família, meu porto seguro, ponto de equilíbrio e refúgio nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus pais pela educação que vem de casa, pelos valores, honestidade, humildade, dignidade, o respeito, a confiança, por sempre terem acreditado em mim e incentivado minhas decisões, às vezes erradas, mas eles sempre estiveram ao meu lado com o amor e com uma palavra amiga.

Ao meu pai, Mauro, que apesar do jeitão de durão vai ser para sempre uma referência, alguém que eu tenho a certeza que posso me espelhar.

À minha mãe, Jane, minha eterna professora pela cumplicidade, pelo colo e pelo incentivo em todas as minhas conquistas, por menores que elas pareçam.

Obrigado, Jackson, você foi meu exemplo. Mesmo longe, eu tenho certeza que torceu o tempo todo por mim, da mesma forma como minha cunhada/irmã Adriane que conviveu comigo durante esta longa jornada e claro, meu sobrinho Bruno, que com seu jeito inocente e sua gargalhada conseguia me livrar de todo o nervosismo que às vezes insistia em aparecer, nos momentos de branco.

Família, palavra simples e cheia de significado, vocês foram a base de toda a minha caminhada, é para vocês que eu dedico essa conquista, a nossa conquista! Diferenças sempre vão existir, conflitos são aqueles temperos especiais na nossa relação, enfim, eu amo vocês!

Amigos, vocês também fizeram parte disso tudo, afinal o que seria de mim sem os amigos que fiz durante a faculdade, aqueles com quem reclamarei de professores, gargalhei por coisas que só jornalista entende e bebi litros de café, obrigado por terem entrado em minha vida! Que nossas amizades continuem pela vida toda, que mesmo longe mantenhamos algum contato. Não sei se vou demorar tanto para me acostumar a não vê-los, mas não vou mentir que vou sentir falta de vocês. E a vocês meus amigos de longa data, obrigado pela paciência, por

terem tentado e muitas vezes conseguido me fazer sair ao invés de estudar, pelas implicâncias e pelo apoio nesta reta final, é um prazer enorme poder chamá-los de amigos!

Aos professores da FAC, que me oportunizaram experiências e compartilharam seus conhecimentos comigo. Obrigado Prof<sup>o</sup> Fábio Rockembach por ter me auxiliado muito no pré-projeto deste TCC e em especial a Prof<sup>a</sup>. Maria Joana por ter aceitado este desafio de me orientar em um tema novo e um campo até então desconhecido e, principalmente, pela paciência para lidar com a minha ansiedade. Quero agradecer a todos os meus professores, tanto da graduação por terem me ensinado uma profissão, aos meus primeiros professores por terem me instruído para que eu pudesse chegar até aqui. Sem dúvida, ao mestre com carinho meus sinceros agradecimentos.

Obrigado a vocês, que me oportunizaram essa experiência chamada jornalismo, que me incentivaram e me permitiram desempenhar essa profissão desde o início da faculdade!

Aos amigos dos jornais, rádios, Prefeituras de Victor Graeff onde tive minha primeira experiência como assessor de comunicação, Lagoa dos Três Cantos e Não-Me-Toque onde agora estou desempenhando essa função ao lado de pessoas incríveis! Obrigado a todos, sintam-se parte dessa conquista.

## RESUMO

Com base na teoria construcionista de Traquina, propõe-se fazer a análise de discurso do material editorial do Jornal Folha de São Paulo durante o período das manifestações de junho de 2013, conhecidas como “jornadas de junho”, onde o veículo em questão fez a cobertura total das ações feitas criando inclusive uma editoria específica sobre o assunto, que era alimentada diariamente. Baseando-se nas teorias de Traquina e na análise feita, conclui-se que apesar de o jornal buscar manter-se imparcial em relação ao apoio ou não das marchas, atos que aconteciam nos manifestos, no que diz respeito à violência e à depredação, eram expostos de uma forma crítica, inclusive no que tange às motivações que levaram os jovens as ruas, consideradas pelo jornal, em um primeiro momento, como mera desculpa para atos de vandalismo e depredação ao que foi considerado como patrimônio do sistema, ônibus, pontos de ônibus e faixadas de prédios públicos. Durante a análise foi possível perceber algumas marcas culturais e estereótipos que subjetivamente remetem ao leitor uma ideia diferente do texto conotativo, remetendo através de algumas expressões um sentido denotativo que leva o leitor a formar determinada ideia em relação aos manifestos e seus participantes.

**Palavras-chave:** Folha de S. Paulo, Editoriais, Análise de discurso, Jornadas de Junho, Teoria Construcionista.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. AS JORNADAS DE JUNHO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS .....</b>	<b>14</b>
2.1 <i>O Acontecimento Jornalístico</i> .....	14
2.2 A construção da realidade social .....	18
2.3 A Teoria Organizacional .....	21
<b>3. GÊNEROS JORNALÍSTICOS .....</b>	<b>24</b>
3.1 A divisão em gêneros .....	24
3.2 Gênero Opinativo .....	26
3.3 Editorial .....	28
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
4.1 O Jornal A Folha de S. Paulo .....	31
4.2 Análise de Discurso .....	32
<b>5. ANÁLISE DO DISCURSO DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO .....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>47</b>
ANEXO 1 .....	48
ANEXO 2 .....	49
ANEXO 3 .....	50

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.....	27
Quadro 2.....	34

## INTRODUÇÃO

As manifestações populares, que aconteceram no país em junho de 2013, ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Atraindo multidões e a atenção dos veículos de mídia de todo o país e exterior, ganharam cada vez mais força em função da proximidade de eventos esportivos de grande porte como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos de 2016 e, também, as eleições presidenciais. Reivindicando temas populares como o preço dos transportes, saúde pública, redução de gastos com eventos internacionais, corrupção sem punições, os manifestos ganhavam aceitação da população, e cada vez tinham mais repercussão midiática.

O Jornal Folha de São Paulo criou uma editoria específica sobre o assunto, intitulada País em Protesto, tanto em sua edição impressa como em seu portal online. Com o decorrer das manifestações os participantes começaram a manifestarem-se contrariamente à cobertura produzida pelos veículos retratando esses atos, tendo como principal queixa a “manipulação de informações” e a “omissão da verdade” pelos veículos. Desta forma, o problema de pesquisa do trabalho que será apresentado a seguir é de que forma o Jornal Folha de São Paulo retratou as manifestações de junho em seus editoriais? Por meio do discurso apresentado nos editoriais, para que se descubra o posicionamento do veículo e a forma com que este transmitiu a informação aos seus leitores.

O primeiro capítulo traz ao leitor o que foram as Jornadas de Junho de 2013. O segundo capítulo tratará do acontecimento jornalístico e das teorias construcionista e organizacional baseando-se em conceitos de Traquina (1993), o jornalismo como construtor da realidade social a partir da escolha dos acontecimentos que irão ter visibilidade com base nas teorizações de Chareudeau (2012), Mouillaud (1997, 2002) e Meditsch (1972, 2005), abordando também a construção de sentido, a forma com que o discurso jornalístico faz com que o acontecimento tome determinada forma e seja compreendido pela massa.

No terceiro capítulo aborda-se, de forma breve, com base em Marques de Melo (2003, 2010), a distinção de gêneros e de forma mais detalhada o jornalismo opinativo, expondo como a opinião no jornalismo pode subsidiar a opinião pública, destacando especificamente o editorial.

O quarto capítulo apresentará o Jornal a Folha de São Paulo, a metodologia de análise e o recorte eleito para a análise que é feita no capítulo cinco onde se trabalham os editoriais do jornal.

Nesta monografia a principal motivação vem da grandeza das manifestações e pela forma como ganharam repercussão em todo o país. Apesar de estarem mais concentradas em grandes centros, as Jornadas de Junho e suas consequências repercutiram até mesmo em cidades de interior como Passo Fundo, onde pequenos atos também foram realizados. Sendo assim, as Jornadas de Junho ganharam atenção de todos, e da mesma forma diversas opiniões foram construídas em relação a suas motivações e os rumos que tomavam na medida em que aconteciam. A sua grande repercussão e os comentários e discussões a sua volta onde a imprensa foi inúmeras vezes severamente criticada, despertou meu interesse em buscar saber como os veículos retrataram as manifestações.

## 1. AS JORNADAS DE JUNHO

Desde o ano de 1992 quando o país foi para a rua pedindo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, nenhuma outra ação popular alcançou uma aprovação da população tão grande, atingindo a marca de 84% de aprovação, conforme estudo do IBOPE divulgado através do Portal R7. As manifestações que se alastraram pelas ruas do Brasil em junho de 2013, motivadas inicialmente pela ação da polícia nos protestos contrários ao aumento da passagem urbana em São Paulo, caracterizaram-se pela multiplicidade de pautas evidenciadas em improvisados cartazes, críticas à imprensa e aos partidos políticos, assim como recusa à representação típica dos movimentos sociais tradicionais.

Do conjunto dos fatos ocorridos em junho – que estão inseridos em um processo que está apenas iniciando – sobressai, também, um abalo irreversível da concepção refratária às mobilizações de rua, que passaram a ser reconhecidas, expressamente, como manifestações políticas legítimas, superando, inclusive, em face do reconhecimento da relevância social das manifestações para solução de graves problemas sociais, o tradicional e reacionário paradigma do direito de ir e vir. (MAIOR, 2013, p.147)

As grandes competições esportivas que o Brasil sediou como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo potencializaram a atenção obtida pelos manifestos. Inicialmente, o acontecimento que motivou o começo das manifestações nas ruas de São Paulo foi o aumento de R\$ 0,20 no valor das passagens na cidade. Na medida em que ocorriam, as manifestações foram sofrendo mutações no foco principal e passaram a tratar de outras questões, tanto políticas quanto econômicas.

Conforme Silva (2014) assim foram incluídos os protestos pela não aprovação do Projetos de Emenda Constitucional (PEC) 33<sup>1</sup>, e Projeto de Emenda Constitucional 37<sup>2</sup>, contra o “estatuto do nascituro”, contra o projeto de lei intitulado “cura gay”, e o direito de *ir e vir*, por fim, o direito à saúde e educação Padrão Fifa, em referência ao padrão do estádios utilizados nas competições esportivas. Segundo a Folha de São Paulo, 84% dos manifestantes paulistas,

---

<sup>1</sup> A PEC altera a quantidade mínima de seis para nove votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para declaração de inconstitucionalidade de leis e submete a decisão à aprovação do Congresso Nacional, em caso de emendas à Constituição. De autoria do Deputado Nazareno Fonteles (PT-PI)

<sup>2</sup> A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37 dá poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando essa possibilidade do Ministério Público. Para valer, precisa ser aprovada em regime especial pelo Congresso. De autoria do Deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA)

no dia 17 de junho, não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos.

O jornal Folha de S. Paulo divide as manifestações em duas fases. A primeira fase das manifestações é marcada pelo não apoio da mídia, pouca participação da população e muitos conflitos violentos entre os manifestantes e a polícia, tendo um foco quase exclusivo na questão no valor do transporte. No segundo momento, há uma grande cobertura da mídia, volumosa participação popular, além de uma aceitação de uma parcela maior da população, menos repressões policiais e atendimentos de exigências quanto ao transporte.

As manifestações tiveram seu auge durante o mês de junho, onde ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”. Conforme ressaltado por Maior (2013) os movimentos sociais de junho representam parcelas consideráveis da sociedade que se encontra em posição inferiorizada e que luta por melhores condições de vida. Estes atos geraram uma atenção maior da mídia devido à violência dos conflitos entre manifestantes e policiais, sendo que no total 300 pessoas foram presas, muitas para averiguação, ou seja, sem nenhum flagrante ou motivo aparente. “Lembram-se da guerra na Somália, aquele miserável país africano? A televisão descobriu que ela existia quando os fuzileiros americanos nele desembarcaram” (NOBLAT, 2003, p.25). Algo parecido aconteceu durante as manifestações, nas quais a imprensa começou a dar maior ênfase e atenção devido aos rumos violentos que alguns grupos minoritários davam às manifestações que passavam de pacíficas para violentas necessitando da intervenção militar. “Por isso, o decisivo não foi a violência, tão natural contra trabalhadores organizados, e sim sua apropriação pela imprensa” (SECCO, 2013, p.128).

Observa-se, por exemplo, que muitas das reivindicações observáveis nos cartazes foram tematizadas pelas mídias de massa e que estas se empenharam em realizar intensa cobertura dos protestos, embora enquadramentos jornalísticos das manifestações tenham sido recorrentemente criticados. (ALZAMORA; ARCE; UTSCH, 2014, p. 43).

Ressalta-se aqui a influência da internet neste período. “É comum entre esses “novos” movimentos, também o papel das redes sociais na comunicação e visibilidade dos protestos, servindo de ferramentas de organização, mobilização e difusão” (SILVA, 2014, p.145).

Os manifestos foram organizados através das redes sociais onde a principal fatia de jovens se encontra o que não é nada surpreendente, pois, conforme Noblat para estes jovens o que os jornais têm a oferecer vai mais ao encontro do que os jornalistas querem e do que o gosto dos leitores. Já na internet esta ideia não se vale da mesma forma pela liberdade que se encontra na rede para os usuários exporem suas opiniões bem como buscarem informações de outros

veículos. “O chamado, feito via redes sociais, trouxe as próprias redes sociais para a rua. Quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários tirados do Facebook e do Twitter” (SAKAMOTO, 2013, p.172).

A ideia de Sakamoto (2013) é reforçada ao apresentarmos a rede e as tecnologias de comunicação não apenas como ferramentas de descrição ou como o próprio autor comenta, um local de marketing pessoal onde o único propósito é fluir informações aos leitores, mas sim de construção e reconstrução de ideias.

De modo geral, informações produzidas individual ou coletivamente, que circularam amplamente em mídias sociais, alcançaram grande visibilidade constituindo o que Castells (2010) chama de *mass self communication*, forma de comunicação produzida de forma individual, mas consumida em larga escala nas conexões de mídias digitais. (ALZAMORA; ARCE; UTSCH, 2014, p. 43)

Segundo Noblat o período em que estamos hoje é marcado pela liberalização e oscilação no mercado econômico; investimentos em tecnologia, popularização no acesso e uso da internet, miniaturização, mobilidade e multiuso dos dispositivos, surgimento contínuo de interfaces midiáticas, bem como de novas formas e modos de uso social da web. “Essas mobilizações em massa, segundo Castells (2012), correspondem a um mesmo fenômeno: “novas formas de participação política” ou movimentos sociais em rede” (SILVA, 2014, p. 144).

Desde as jornadas de junho uma série de manifestações tem sido realizada no país. No entanto, estas ações vêm acontecendo com uma menor participação popular e uma maior participação dos conhecidos “black blocs”. Uma das razões da diminuição da participação são justamente estes atos de vandalismo que são repudiados por mais de 90% da população que apoia os protestos e as causas populares pelas quais as marchas acontecem.

Moraes e Adhirni entendem que o direito de participação nunca foi tão difundido em nosso país. No entanto, o enfrentamento dos problemas sociais, como a violência urbana, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde, entre outros, avançam em ritmo lento. Em consequência, “[...]os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos” (2002, p. 8).

Nota-se que a população ainda almeja mudanças principalmente no que diz respeito à política, saúde e educação no país, porém em um menor número nas ruas devido à violência dos grupos de “black blocs” e os confrontos com a polícia, que acabam prejudicando toda a manifestação e a imagem que os manifestos possuem, antes como uma causa popular para no

momento um grupo de desordem e baderneiros. “Na primeira onda de manifestações encerradas em junho, as centrais sindicais, o MST e os partidos de esquerda não lograram polarizar a vida política. Enquanto os protestos desmaiavam nas ruas já cansadas no fim do mês, algo se insinuava no ar” (SECCO, 2013, p.133).

Apesar das manifestações com multidões em prol das mesmas causas diminuírem, tanto na frequência como no número de participantes, cabe ressaltar que as jornadas de junho elevaram o patamar de preocupação dos brasileiros em relação a sua participação nas questões políticas, sociais e do desenvolvimento do país. “As mobilizações pelo país, com toda a sua complexidade, não deixam dúvida quanto a um ponto comum: a população quer mais serviços públicos e de qualidade” (MAIOR, 2013, p.147).

Para que possamos compreender as motivações do trabalho, não basta apenas entender o movimento social que o norteia, mas, sim, o veículo em questão que se propõe à análise de discurso. É necessário que o leitor compreenda um pouco sobre o que é o Jornal A Folha de São Paulo, sua história, ideologia, como funciona e de que forma trata de movimentos como as “Jornadas de Junho”.

Estes protestos tiveram seu início no mês de abril com pequenas mobilizações feitas através de redes sociais como o Facebook, onde os participantes buscavam a redução da tarifa do transporte público em São Paulo. Aos poucos, as marchas conquistavam maior apoio da população, que além da redução da tarifa, agregaram outras causas às marchas que vinham conquistando mais simpatizantes e, conseqüentemente, atenção da mídia nacional.

Em meados de junho com a proximidade da Copa das Confederações de 2013, a intervenção policial as marchas se intensificou, gerando conflitos violentos e atos de vandalismo e depredação ao patrimônio público/privado. A repressão policial fez com que as marchas eclodissem em praticamente todas as capitais, chamando a atenção dos governantes para as reivindicações feitas nas ruas e gerando um grande debate acerca do tema.

## 2. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS

Partimos do pressuposto que o jornalismo não pode ser considerado um espelho da realidade, mas, sim, parte da construção da mesma, se levarmos em conta o contato do jornalista com os fatos na apuração das informações para a construção da notícia. Traquina entende a atividade jornalística em um “papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes” (ALSINA apud TRAQUINA, 2005, p.18). Sendo assim, entende-se que o profissional da área é responsável por identificar acontecimentos importantes e atribuir notoriedade. A construção da realidade está inclusa neste processo da transformação do acontecimento em notícia, processo este marcado por inúmeras questões que fazem parte do exercício do jornalismo.

Jornalistas passam a não ser somente observadores, mas, sim, participantes no processo da construção da realidade a partir do momento em que entram em contato com o acontecimento. As notícias não surgem por si só, mas são produzidas por este grupo de pessoas que na medida em que apuram os fatos começam a produzir sentido para que os leitores possam assimilar de forma objetiva o fato da forma mais próxima possível do real. Podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real. “Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (TRAQUINA, 1993, p. 168).

O surgimento de acontecimentos e a criação de notícias são ações constantes que neste texto serão trabalhados levando em consideração todo o processo de produção da notícia. “O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações” (CHARAUDEAU, 2012, p.151). Fazer esta leitura é o primeiro passo para entender a forma como o discurso jornalístico é produzido e como ele pode interferir na construção da realidade do indivíduo.

### 2.1 O Acontecimento Jornalístico

Um acontecimento é algo que ocorre, toma lugar, numa determinada região do espaço ao longo de um determinado período de tempo. “Propomos chamar de “acontecimento jornalístico” um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2012, p. 132 – grifo do autor). Homens utilizam a mídia para

reconhecer de fato a realidade. “Os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe ser real” (MOUILLAUD, 1997, p.56)-

O tempo todo acontecimentos existentes e são transformados em notícias pelo fato de possuírem, ao ver do jornalista, determinada relevância para o meio social, ou que de certa forma desequilibre o cotidiano da sociedade. “A ocorrência tem mais probabilidades de ser considerada um acontecimento quando nos incita a reconstruir [...] nosso quadro de vida momentaneamente perturbado pela ocorrência inesperada” (BERGER; TAVARES apud REBELLO, 2006, p.17).

Fatos que abalam o estado fenomenal e emocional do cotidiano das pessoas são o que formam o jornalismo, “quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico (RODRIGUES, 1988, p.27), sendo assim, quanto mais um acontecimento mexer com o a zona de conforto da sociedade, maior é a probabilidade de ser repercutido pelos *media*<sup>3</sup>, que a partir do momento em que colocam o fato em seus discursos jornalísticos criam um ambiente cultural no qual os indivíduos são mergulhados, quer queiram, quer não. Desta forma segundo Rodrigues, relatando o acontecimento os *media* produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que integra o mundo como explica o autor no trecho:

Este novo acontecimento não é mera locução; realiza um acto ilocutorio. Os actos ilocutorios não estão apenas sujeitos aos valores de verdade ou falsidade, de adequação ou não adequação ao estado de coisas relatado; estão também subordinados aos valores inerentes à **credibilidade e à sinceridade do locutor**, à clareza ou obscuridade da exposição, à justeza dos juízos formados, à **coerência dos argumentos** aduzidos, à capacidade para levar o(s) outro(s) à satisfação ou do apreço, do conselho dado, do aviso, da saudação. (RODRIGUES, 1988, p.31 – grifo nosso)

As pessoas fazem constantemente relatos de atividades que passam a ser observados como acontecimentos. A escolha ou não do que realmente tem potencial noticioso é feita no dia-a-dia pelo jornalista que, com o passar do tempo, vai adquirindo códigos que vem sendo elaborados e servem como referência para os jornalistas com a evolução da profissão. “As notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos *media*” (RODRIGUES, 1988, p.34).

---

<sup>3</sup> Os meios de massa, portanto, os veículo de comunicação destinados a um público amplo, um aglomerado gigantesco de indivíduos.

Um dos conceitos mais utilizados pelos profissionais é comentado por Charaudeau (2006) quando o autor coloca que “para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma modificação no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja percebida por sujeitos [...]”. Assim, seguindo estes conceitos que vem acompanhando o jornalismo, o profissional busca construir narrativas partindo das respostas básicas do *lead*, realizando uma pesquisa e captação de informações que possam solucionar estas questões e dar credibilidade as informações apuradas no processo construtivo da informação noticiosa.

Determinados acontecimentos, ideias e temáticas são, de algum modo, os referentes dos discursos jornalísticos. Porém, o “acontecimento” ganha na competição, até porque o ritmo do trabalho dificultaria que se desse uma ênfase semelhante as problemáticas [...] e aos processos sociais invisíveis e de longa duração [...]. Todavia, aquilo que, de uma forma geral, entendemos por acontecimento, parece-me que tem naturezas profundas distintas (SOUZA, 2002, p.21)

É através da notoriedade que o acontecimento se transforma em uma notícia, narrada de forma com que o leitor possa absorver a perspectiva nela objetivada a partir da escolha dos fatos contidos no texto e previamente apurados, “os jornalistas devem dizer no exercício de sua profissão e aquilo que os *media* publicam como opinião de pessoas exteriores à profissão” (RODRIGUES, 1988, p.32)

Traquina entende que as notícias resultam do processo de produção definido, partindo desde a percepção, a seleção até a transformação do acontecimento em uma notícia. A noticiabilidade de um fato é analisada a partir de alguns fatores que foram apontados por Traquina utilizando conceitos descritos por Alsina (2005): sua previsibilidade/imprevisibilidade, sua repercussão junto ao leitor, sua comunicabilidade e sua atualidade. A utilização destes critérios faz-se necessária, pois os veículos não possuem espaço suficiente para veiculação de todos os acontecimentos do dia-a-dia, frente a isso, é preciso escolher os acontecimentos. A noticiabilidade, portanto, é o primeiro passo no processo de produção de uma notícia, isto porque após selecionar, o jornalista precisa decidir a importância de determinado acontecimento perante outros que também foram selecionados na primeira etapa, esta comparação é feita usando o valor notícia.

Traquina afirma que “os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham” (2005, p.94). Assim, os valores da notícia são uma orientação para que os fatos escolhidos para serem notícia sejam realmente relevantes e mereçam a atenção, tanto do jornalista ao realizar a apuração e pesquisa para chegar

as respostas necessárias, como para o leitor que não tem a possibilidade de fazer a escolha por qual acontecimento ele deseja que seja noticiado.

O processo de reconhecimento de um acontecimento é o primeiro passo no processo da produção jornalística, mas, de que forma reconhecemos estes acontecimentos? A resposta é entender os tipos de acontecimentos existentes para que então se possa fazer essa análise mais profunda. O jornalismo dedica a maior parte do tempo a reconhecer acontecimentos espalhados pelo mundo para fazer com que estes passem a possuir valor notícia e tornem-se acontecimentos jornalísticos, notícias.

Para auxiliar neste processo rotineiro de produção e escolha da notoriedade dos acontecimentos, Traquina faz referência a três tipos de acontecimento: microacontecimentos, macroacontecimentos e megaacontecimentos. O autor conceitua os microacontecimentos da seguinte forma: “São acontecimentos que fazem parte de uma série e são relativamente previsíveis no âmbito dos respectivos sistemas” (SANTOS apud TRAQUINA, 2005, p.81), sistemas estes apontados são referências dentro do processo de produção jornalística.

Cada tipo de acontecimento tem características próprias e que ao serem trabalhados geram um tipo de reação. No caso dos macroacontecimentos, são acontecimentos que desestabilizam o meio, fugindo assim da rotina cotidiana da sociedade, tendo inclusive segundo Santos (2005) um sistema particular e especializado para lidar com os mesmos, que são os meios de comunicação de massa. Os megaacontecimentos, entretanto, são potencializados diante a possibilidade de midiaticização, por ultrapassar a simples barreira de desestabilizar um meio, sendo muito maiores e superando as explicações mais conhecidas pelo homem por serem realmente extraordinários e fugirem do imaginário do público.

Ainda é válido apontar outros critérios que Chareudeau (2006) cita na produção do acontecimento: acontecimento programado (advindo de algo conhecido ou anunciado com antecipação) e acontecimento suscitado (que surge a partir da sociedade propositalmente). Para determinado grupo de autores, essa “programação” midiática torna-se fictícia, fazendo com que o acontecimento jornalístico e a notícia deixem de ser uma representação da realidade para tornar-se somente uma interpretação da mídia. Alguns acontecimentos no entanto conforme Berger e Tavares (2009) são *pseudo- acontecimentos* “planejados para constituírem notícia (manifestações, entrevistas, comícios, etc) (BERGER; TAVARES, 2009).

A partir das exposições feitas percebe-se que no jornalismo o acontecimento, além de matéria-prima, passa a ser o ponto da elaboração de discursos de acordo com os interesses do veículo. A partir das ideias e pensamentos de autores expostos no texto acima pode-se dizer que os acontecimentos jornalísticos são uma parte de um processo maior de construção da realidade.

Ressalta-se aqui a importância de entender brevemente este processo de construção noticioso, para que então possamos entender a produção do conteúdo opinativo.

Como coloca Marques de Melo (2003) é um dever tanto do jornalista como da empresa expressar sua opinião. Na construção do texto “são vistos como mecanismos opinativos a visão da empresa na escolha dos temas e sua estrutura da redação” (COSTA, 2010, p. 57). Sendo assim, para que a empresa possa expressar sua opinião é preciso que o editorial tenha alguma relação com o conteúdo informativo do veículo. Para um melhor entendimento deste processo de construção do editorial o próximo capítulo se destina a abordar os gêneros jornalísticos e como o gênero opinativo é estruturado.

## **2.2 A construção da realidade social**

Charaudeau (2012) aponta que para responder a pergunta “o que se passa neste momento” as mídias no processo de construção da realidade social têm a tarefa de aproximar o momento em que o acontecimento surgiu, ao momento em que acontece o consumo da informação. O jornalismo por ser considerado um fenômeno de linguagem, age no mundo de maneira performática, assim como transmite um fato.

Há anos, as pessoas buscam informações junto a jornais e impressos para poder dialogar sobre os acontecimentos cotidianos ao redor do mundo, “Os media possibilitam a comunicação imediata de qualquer parte do mundo, tornando o globo terrestre uma “aldeia global”, conforme interpretou Marshall McLuhan e como é colocado também por Souza (1996), que reconhece que os meios de massa foram os responsáveis por uma revolução na cultura, possibilitando uma comunicação imediata e instantânea. Apesar de Berger e Luckmann ao serem citados por MEDITSCH afirmarem que, “o veículo mais importante da conservação da realidade é a conversa” (BERGER, LUCKMANN apud MEDITSCH, 2010, p.24) vale ressaltar que é a mídia que faz a criação destes fatos envolvidos nas conversas, elaborando o discurso e fazendo a escolha do que vincular em seus veículos e inclusive criando sentidos comuns sobre tal assunto desta forma.

Não seria exagero dizer que a comunicação constrói a realidade. Num mundo todo permeado de comunicação – um mundo de sinais – num mundo todo informatizado, a única realidade passa a ser a representação da realidade – um mundo simbólico, imaterial. (GUARESCHI, 2004, p.14)

Deste modo, o jornalismo fica longe de ser somente um espelho da realidade, sendo um dos responsáveis pela criação da realidade, criação esta que está ligada diretamente à teoria do newsmaking que conforme Pena (2005) é tributária da sociologia do conhecimento em suas bases para construção da realidade. “Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do newsmaking” (PENA, 2005, p.130). Assim, a perspectiva da teoria do newsmaking conforme Pena é construtivista e evidentemente rejeita a teoria do espelho por levar em conta também critérios de noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção.

“Os acontecimentos da mídia podem ser considerados como o terminal e a parte emergente de um processo de informação que começou bem antes no espaço e no tempo” (MEDITSCH apud MOUILLAUD, 2002, p.65). O jornalismo em seu processo de produção reconhece e recolhe acontecimentos transformando-os em fatos a partir da realidade, da sociedade e dos significados da linguagem atual. Conforme Meditsch, o jornal passa a ser um dos elementos que ajudam no reconhecimento da realidade, “[...] o jornalismo pode ser incluído entre os atores que contribuem significativamente para essa construção [...]” (MEDITSCH, 2005). O jornalista é o eleito para fazer a interpretação da realidade para trabalhar a mesma em forma de notícia.

A produção de informações passou a não ser meramente para relatar a realidade como é, mas, sim, buscar um algo a mais que só é obtido através da interpretação do jornalista. Sendo assim, passaram a fazer parte da elaboração do discurso a subjetividade do jornalista que observa e relata sobre o assunto, desta forma, a notícia passa a ser entendida não como um espelho da realidade, mas sim como uma representação social produzida em uma instituição que se manifesta na construção do real.

Esta ideia de construção do real é exposta por Traquina (1993) ao explicar que em torno de uma palavra, um discurso fundamentado em pressupostos cognitivos e definições normativas emerge, mediando o leitor com a realidade social. Meditsch (2005) defende seu pensamento de que o jornalista não é somente o comunicador, mas um produtor de conhecimento, como apontado por Traquina:

Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento. (TRAQUINA, 1993, p.168)

Cabe, neste momento, fazer um questionamento breve sobre como o é feita a limitação dos acontecimentos, para que estes realmente auxiliem na construção do real e não sejam textos que nada acrescentam, isto é, “enquanto dizem qualquer coisa produzem qualquer coisa pelo fato de dizerem” (RODRIGUES, 1999). A partir desta ideia torna-se visível que um fato não trabalhado pela mídia não deixa de existir na realidade, somente não fica conhecido e simbolizado. “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e outras não, e veem de uma certa maneira coisas. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado (TRAQUINA 2004 p.107).

A partir desta seleção o profissional faz uma construção do chamado universo de informação das mídias, criando estratégias a fim de pôr ordem na realidade social, fazendo com que os acontecimentos se tornem familiares e, muitas vezes, já esperados a virar informação noticiável. Esta estratégia unida da linguagem jornalística faz com que se crie um padrão social no que diz respeito ao que é aceitável de ser reproduzido, “[...] a percepção do que é tido como noticiável e a produção de notícia implicam o recurso de quadro de experiência, assentes em modos de tipificar rotineiramente reproduzidos” (CORREIA apud MEDITSCH, 2005, p.133 [sic]).

O jornalismo pode transformar símbolos comuns em elementos reais a partir do processo de tipificação. “Todos os humanos monitoram o mundo em torno de si com o objetivo de localizar quais ocorrências, tanto perigosas como positivas são importantes, e esse comportamento é observado também em outros animais” (MEDITSCH, 2005, p.38). O fato ou qualquer outro fenômeno existe, indiferente da vontade de qualquer um, ele só não existe quando não acontece. Ao existir o fato possui um impacto sobre a sociedade, o *real* apresentado pela mídia torna-se também uma forma de difusão de conhecimento. Na medida em que o jornalista passa a ocupar o cargo de referência social, pode optar por “midiatizar” ou não conhecimentos, a partir da sua concepção do que é realmente importante para o público como aponta Traquina (2004), o jornalista não pode estar em todos os locais ao mesmo tempo.

Efeitos que os meios de comunicação causam nas pessoas estão diretamente ligados com a construção de realidade. Sendo assim, temos que pensar de que forma este paradigma é assimilado, tanto pelos veículos como pelos produtores de conteúdo, ou seja, “Um acontecimento relatado pelo jornalismo difere de um não relatado por ele talvez [...]” (GUARESCHI, 2004, p.41). Sabemos que a comunicação não pode intervir diretamente no comportamento de uma sociedade, mas pode sim influenciar na forma como este vê o mundo em que vive, não de modo imediato, mas a partir da sua construção de discurso a longo prazo.

Para poder influenciar no comportamento dos indivíduos o jornalista precisa, durante a construção temática, suscitar três questões a partir do seu ponto de vista. Charrudeau (2012) aponta os princípios de seleção dos fatos, os modos de recorte midiático e a identificação das fontes como as questões essenciais para que esta construção seja possível. Esta produção é concebida através da conversão do acontecimento em notícia, que é explicada por Charrudeau como “um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal” (2012, p. 135). Ao influenciar os indivíduos a partir da seleção ou não de determinados assuntos, os jornalistas impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento do público.

“O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído” (CHARRUDEAU, 2012, p.151) e essa construção midiática é feita seguindo um modo de organização do discurso, ou seja, uma maneira com que o veículo alcança seu propósito, instruindo assim conforme Charrudeau (2012) uma visão de mundo previamente articulada. A forma como os jornalistas são influenciados na hora das escolhas para a produção do conteúdo noticioso ou opinativo será apresentada no próximo capítulo que retrata a teoria organizacional e de que forma ela está diretamente ligada a produção do veículo atribuindo critérios e regras no espaço redacional.

### **2.3 A Teoria Organizacional**

Levamos em consideração que no processo de produção do conteúdo uma série de fatores pode influenciar na forma como o discurso é produzido, seja ele noticioso ou de carácter opinativo. Para tanto é necessário destacar a Teoria Organizacional dentro deste processo. “As decisões tomadas pelos jornalistas no processo de produção das notícias só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para o qual ele ou ela trabalham” (TRAQUINA, 2005 p.169).

Ao falar sobre a teoria organizacional, Traquina (2005, p.157) aponta que as notícias resultam de processos de interação social dentro da empresa jornalística, ou seja, o profissional está submetido a linha editorial da imprensa, suas “regras” acabam por interferir em seu trabalho. Breed citado por Traquina (2005) aponta que o jornalista ao longo do tempo vai aceitando a linha editorial da empresa, deixando de lado suas próprias convicções. Conforme Traquina (2005), a teoria organizacional está baseada na linha editorial da empresa e não na cultura do jornalista.

Esta aceitação da linha editorial e do conformismo por parte do profissional é apontado por Breed apud Traquina (2005) através de seis fatores distintos, que serão apresentados a seguir.

A autoridade institucional e as sanções: são verdadeiramente o fato de que os profissionais ainda temem punições. Segundo o autor, a chefia tem o poder de decidir quem irá fazer a cobertura de que acontecimentos e nem todos os acontecimentos são encarados da mesma forma, havendo tarefas que a maioria dos jornalistas considera mais interessantes e outras menos agradáveis.

Os sentimentos de obrigação e de estima para com superiores: com o tempo, podem ser criados laços de amizade. Assim, o jornalista pode experimentar sentimentos de obrigação para com a empresa.

As aspirações de mobilidade: a grande maioria dos jornalistas mostra desejos de alcançar uma posição de relevo. No seu estudo, descobre que os jornalistas concordavam em que lutar contra a orientação da política editorial do jornal constituía um grande obstáculo para os avanços nas carreiras.

Ausência de grupos de lealdade em conflito: o local de trabalho dos jornalistas é relativamente pacífico, e as organizações sindicais não têm interferido em assuntos internos.

O prazer da atividade: os jornalistas gostam de seu trabalho; as tarefas são interessantes e existe um ambiente de cooperação na sala de redação.

As notícias como valor: as notícias são um valor máximo; o seu trabalho é um trabalho de 24 horas; as notícias são um desafio constante. Assim, o jornalista investe na realização desse objetivo: obter mais notícias e não contestar a política editorial da empresa.

A linha editorial da empresa, portanto, é geralmente seguida, conforme afirma Breed apud Traquina (2005), porém, reconhece que uma ditadura em relação a linha editorial é difícil de ser implantada devido à natureza do trabalho jornalístico que, de certa forma, é autônomo. É o profissional que tem o trabalho de buscar os acontecimentos com relevância, “ainda mais: qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma dada política constituiria um tabu ético e uma clara afronta a um dos pilares da legitimidade profissional, a independência do jornalista” (BREED apud TRAQUINA, 2005, p. 156).

A teoria organizacional coloca as notícias como resultado de processos de interação social, Traquina (2005) aponta que o profissional interage com suas fontes e produz seu material noticioso sabendo que este irá passar por uma hierarquia que detêm certo controle sobre o material vinculado. A linha editorial da empresa sofre com fatores externos como, por exemplo, questões econômicas, as quais Traquina “aponta como determinante na resposta dada à pergunta por que as notícias são como são” (2005, p. 158). A teoria organizacional fica entendida assim como parte do processo de construção do texto opinativo por influenciar a construção do texto a partir da sua linha editorial e de sua forma de ver os acontecimentos.

### 3. GENEROS JORNALÍSTICOS

Informar, este é o papel do jornalismo perante a sociedade, “ou seja, a essência do jornalismo está no fluxo de informação da atualidade que ocorre nas páginas dos jornais” (MELO, 2003, p. 15). Mas para que isso seja possível o profissional, como citado anteriormente, precisa fazer a distinção do que realmente importa ser informado e o que merece ser transformado em notícia para sua audiência. Além de todos os critérios já elencados, para auxiliar nisso o jornalismo se dividiu em duas categorias e subdividiu-se novamente. Melo (2003) aponta claramente a distinção entre as categorias, sendo uma delas a informativa e a outra a opinativa, que podemos ver no trecho abaixo:

Para não cair num tipo de discussão bizantina, é preciso deixar claro que essa distinção entre a categoria informativa e a opinativa corresponde a um artifício profissional e também político. Profissional no sentido contemporâneo, significando o limite em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que observa) e o poder de opinar, que constitui uma concessão que lhe é facultada ou não pela instituição que atua. Político no sentido histórico: ontem, o editor burlando a vigilância do Estado, assumindo riscos calculados nas matérias cuja autoria era revelada (comments); desviando a vigilância do público leitor em relação as matérias que aparecem como informativas (news), mas na prática possuem vieses ou conotações. (MELO, 2003, p.25)

Ao criar esta distinção entre categorias, o jornalista passa a se voltar para uma prática ou outra, assim, passa a adquirir algumas características conforme Melo (2003). Entendendo a divisão das categorias em *news e comments* “o jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)” (MELO, 2003, p. 63). Com isso faz-se necessário entender a subdivisão existente dentro destas categorias, ou seja, os gêneros.

#### 3.1 A divisão em gêneros

Para um melhor entendimento do que são as divisões por categorias pontuam-se, aqui, os gêneros do jornalismo, para que assim consigamos entender os propósitos dos textos a partir de suas estruturas, conforme coloca Costa ao dizer que “um texto cujo propósito comunicativo preponderante seja o de “opinar” carrega em si o propósito de “informar” e, por expansão o de “interpretar” (COSTA, 2010, p.43).

Gêneros jornalísticos são os modelos com que o profissional interpreta a realidade, as diferentes formas de abordagem e interpretações do acontecimento. Notícias, entrevistas, reportagens, crônicas, artigos e editoriais, cada um representa um gênero e tem características típicas seguidas pelo profissional na construção do seu discurso, sendo assim, ao noticiar objetivamente o jornalista deve saber: distinguir a opinião e a notícia (fatos selecionados para publicação) e optar pelos fatos, os quais não mudam, não suprimem e não publica “de favor” e, sim, com o mínimo de equilíbrio (COSTA, 2010). Por representarem manifestações culturais e estarem ligados a fatos que alteram decisões sociais. Os gêneros jornalísticos devem ser estudados como um fenômeno histórico, uma vez que estão sempre em transformação e se alteram de acordo com cada país e cultura, portanto, “o maior desafio do jornalismo como campo do conhecimento é sem dúvida a configuração de sua identidade enquanto objeto científico” (MELO, 2003, p.41).

Os gêneros servem para aumentar a compreensão da grande quantidade de textos veiculada pela mídia. Conforme colocado por Melo (2003) a seleção da informação feita nos veículos é o instrumento principal para que este possa divulgar a sua opinião, “é através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo” (MELO, 2003, p.75). A diferença entre um texto jornalístico noticioso ou literário está em sua forma como é escrito e para que esta diferença possa ser compreendida

Os gêneros podem servir para integrar um diálogo entre o jornal e o leitor. É através da exigência dos leitores que os conteúdos modificam-se. Sua organização provém da forma como as empresas de comunicação editam o conteúdo. Marques Melo propõe uma organização de tais gêneros da seguinte forma:

Gêneros informativos: nota, notícia, reportagem, entrevista, título e chamada.

Gêneros opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, carta, crônica.

Gênero interpretativo: grandes reportagens, documentários, bastante comuns no jornalismo literário e no jornalismo investigativo.

Gêneros utilitários ou prestadores de serviços: roteiro, obituário, indicadores, campanhas, “ombudsman”, educacional.

Gênero de diversão: passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, entre outros.

Neste trabalho, faz-se a análise a partir dos editoriais da Folha de São Paulo e, portanto, cabe ressaltar a importância de entender melhor o gênero opinativo, que é a base do trabalho a

ser apresentado. O gênero opinativo é onde tanto o jornal como o jornalista pode expressar a sua opinião a respeito dos acontecimentos do cotidiano. Para que possamos fazer a análise dos editoriais é necessário entendermos melhor o gênero opinativo e de que forma este é trabalhado pelo profissional, na exposição de sua opinião, em relação aos fatos.

### 3.2 Gênero Opinativo

Rêgo e Amphilo (2010) afirmam que qualquer discurso feito pelo jornalismo é naturalmente opinativo, porém não necessariamente um gênero de opinião. Como o nome já diz, o gênero opinativo é o formato em que tanto o veículo como o jornalista pode expressar a sua opinião através de formatos específicos, onde também podem entrar opiniões de colaboradores e até leitores. No jornalismo, principalmente no impresso “em se tratando de textos jornalísticos, os gêneros habitualmente relacionados a categoria opinativa são claramente identificáveis e se encontram legitimados” (COSTA, 2010, p.56), contudo TRESKA (2010, p.43) baseando-se em conceitos de Melo (2003, p.22) comenta que a censura posterior a publicação destas opiniões, faz com que o jornalismo opinativo seja desestimulado, dando mais espaço ao jornalismo de informação.

Segundo Costa (2010, p.56) o jornalista tem o dever de expressar a sua opinião desde o início da construção noticiosa que é feita a partir das vivência do profissional. Os veículos de comunicação além de informar também têm o direito de expressar a sua opinião através da sua linha editorial, assim, a visão da empresa, estrutura da redação e escolha dos temas fazem parte deste processo de exposição da opinião do veículo, conforme Melo (2003) expõe em sua obra ao dizer que:

Desde o momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tomou instituição, assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores, a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes. Isso é uma decorrência do processo de produção industrial, pois a realidade captada e relatada condiciona-se a perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores. (MELO, 2003, p. 101)

Baseando-se nesta colocação e ainda nos estudos feitos por Marques de Melo, faz-se necessário entender os formatos opinativos e suas características, para que assim fique clara a forma com que as opiniões dos profissionais e dos veículos de comunicação aparecem e são expostas nos mesmos veículos.

No opinativo, a estrutura dependeria do controle, pela instituição, da autoria e angulação (tempo e espaço) da narração (COSTA, 2010). Como nas *news* o gênero opinativo possui diversos formatos com características específicas que são expostas no quadro 1 elaborado por Marques de Melo:

### Quadro 1 - Formatos do jornalismo opinativo classificados

<b>Formato</b>	<b>Definição e características</b>
Editorial	Expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística. Espaço de contradições. Opinião das forças que mantêm a instituição jornalística (proprietários, jornalistas, acionistas, anunciantes leitores) Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir. Predominante nos jornais, perde intensidade nas revistas, figurando episodicamente no rádio e na televisão e ressurgem na Internet.
Comentário	Oriundo do jornalismo norte-americano, no qual é cultivado por jornalistas de grande credibilidade, mais conhecidos como “opinion makers”. Explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências. Nem sempre emite uma opinião explícita. O julgamento dos fatos é percebido pelo raciocínio do comentarista, pelos rumos da sua argumentação. Sua característica inerente é a continuidade. Uma matéria que contém a apreciação de um fato articula-se necessariamente com as que antecederam e com as que virão.
Artigo	Matéria jornalística através da qual jornalistas e cidadãos desenvolvem ideias e apresentam opiniões. Contém julgamentos mais ou menos provisórios, por que é escrito enquanto os fatos ainda estão se configurando. Democratiza a opinião no jornalismo, possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade.
Resenha	Apreciação das obras de arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores e consumidores. Não tem a intenção de oferecer julgamento estético. Tem função eminentemente utilitária. Ao mesmo tempo em que sinaliza aos consumidores, dialoga com os produtores, oferecendo pistas para os autores, diretores, atores. Formato que abrange toda mídia, da imprensa ao rádio e à televisão, expandindo-se também na Internet.
Coluna	Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência. Cumpre uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do rádio e da televisão: o furo. Tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Aparentemente tem caráter informático, mas na prática é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo.
Crônica	Formato genuinamente brasileiro, corresponde a um relato poético do real. Gira permanentemente em torno da atualidade, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística. Conversa aparentemente fiada, em torno de questões secundárias, constitui um momento de pausa, que reflete a tregua necessária à vida social. Hegemônica na imprensa, encontra também espaço no rádio e começa a florescer na Internet.
Caricatura	Forma de ilustração que a imprensa absorve como sentido nitidamente opinativo. Sua origem semântica corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar. Pode ser exercitada também sob a forma de texto humorístico. Os caricaturistas atuam como a consciência crítica da sociedade, revelando uma tendência nitidamente oposicionista. Predomina na imprensa, mas floresce também na televisão, expandindo-se na Internet.
Carta	Espaço facultado aos cidadãos para que expressem seus pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção. Pretende romper a barreira que existe entre leitor e editor, produtor e consumidor. Território democrático, aberto a todos os cidadãos interessados em participar do debate público, sendo vedado o anonimato.

Fonte: MELO (2003, p.64)

Os gêneros opinativos têm grande poder perante a sociedade de massa por se tratar de um espaço onde, ao ponto de vista do leitor, pessoas de credibilidade e o próprio veículo podem expressar o seu ponto de vista. De certa forma, isto pode induzir o pensamento determinados grupos, por isso faz-se necessário compreender especificamente sobre o editorial para que assim posteriormente seja possível a análise do material do jornal A Folha de São Paulo.

### 3.3 Editorial

Apesar do foco mais voltado à informação como uma representação o mais próxima possível do acontecimento real, os veículos de comunicação também são livres para expressar sua opinião em relação aos acontecimentos.

Para levar seu modo de pensar aos leitores, os *media* utilizam da linha editorial, para expressar o posicionamento do jornal sobre um determinado assunto da atualidade. “O editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (ARBEX JUNIOR, 2010, p.91).

Um editorial deve ser redigido com todo o cuidado pois traduz a posição coletiva do jornal, não somente de seus proprietários, mas sim de um grupo maior de pessoas como acionistas majoritários e financiadores. Assim, “editorial é o texto, sempre não assinado, onde o jornal exprime formalmente sua opinião” (ARBEX JUNIOR, 2010, p.92)

Melo (2010, p.103) também aponta o editorial como o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Todavia, a sua natureza de porta-voz da instituição jornalística precisa ser melhor compreendida. Como cita Arbex Junior, o editorial é um “espaço de contradições”.

Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender a conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. (ARBEX JUNIOR, 2010, p. 92)

“Cada editorial, numa grande empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes” (MELO, 2010, p.107) para que então a empresa possa se posicionar no mercado em relação aos fatos a partir das decisões tomadas pelas partes envolvidas neste processo citadas anteriormente.

O editorial também possui certas características específicas que Beltrão (apud Arbex Junior, 2010) resalta sendo, impessoalidade (não ser assinado), topicalidade (definição exata do tema), condensabilidade (sem muitas ideias e mais afirmações) e plasticidade (sem dogmas, pode ser mudado). Além disso, por se tratar de uma opinião do veículo perante aos fatos, ironias e interrogações não são bem vindas.

Arbex Junior (2010) faz uma breve análise dos editoriais da Folha de São Paulo que também serão objeto de estudo deste trabalho. Segundo ele “a Folha tem um pé fora e outro dentro do *establishment*<sup>4</sup>” (2010, p.93), apesar de o Manual da Folha de São Paulo, citado por Arbex afirmar que “a opinião da *Folha* não orienta o noticiário que ela publica”.

Utilizando a classificação proposta por Beltrão, Arbex Junior (2010) fala sobre como o editorial pode ser classificado. Levando em consideração o objetivo deste trabalho que é fazer uma análise do discurso dos editoriais da Folha de São Paulo, aproveita-se a análise para contextualizar melhor como o jornal apresenta sua posição em relação aos assuntos cotidianos.

Seguindo uma classificação proposta por Beltrão (6), a *Folha* apresenta diariamente dois editoriais que, pela sua **morfologia**, poderíamos classificar como artigo de fundo (um editorial principal, colocado na parte superior das duas colunas da página 2, e um suelo (pequena análise sobre um fato da atualidade, colocado na parte inferior). Pela sua **topicalidade**, os editoriais da *Folha* apresentam os três tipos apontados por Beltrão: Preventivo, (focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças) e de consequências (visualizando repercussões e efeitos). Quanto ao **conteúdo**, são mais frequentes os editoriais informativos e ilustrativos do que o tipo normativo (exortador). **O estilo** é intelectual (racionalizante), sendo que o emocional é praticamente descartado pela própria definição utilizada pela *Folha* em seu *Manual* E quanto à **natureza** os editoriais são muito mais circunstanciais (imediatistas) e polêmicos do que promocionais (no sentido de serem coerentes com a “linha de empresa”, a menos que assim se qualifique a ambiguidade que caracteriza o jornal. (ARBEX JUNIOR, 2010, p.99)

O editorial é um gênero que vem, sendo sempre marca do jornal impresso. Vem ganhando espaço também na internet, nas páginas dos veículos por ser capaz de difundir pontos de vista das instituições e, também, auxiliar na construção do entendimento da audiência perante os assuntos nele expostos.

---

<sup>4</sup> Grupo sociopolítico que exerce sua autoridade, controle ou influência, defendendo seus privilégios; ordem estabelecida, sistema.

#### 4. METODOLOGIA

Na análise do discurso serão identificadas marcas ideológicas e a forma como a utilização destas constroem a realidade e auxiliam o leitor na construção de sentidos em relação a determinados temas. No caso deste trabalho o objeto de estudo são os editoriais da Folha de São Paulo durante as manifestações de junho de 2013. A escolha do veículo deu-se em virtude da sua relevância e credibilidade nacional.

O processo de produção de sentido atribuído ao editorial será analisado através da análise de discurso do material editorial do jornal a partir de Benneti (2010). A Folha de São Paulo publica diariamente dois editoriais, um principal e um secundário. Para este processo se tornar possível, uma escolha aleatória do material produzido no período em questão foi feita, para que então através do método de amostragem, estes sejam analisados.

Levando em conta as considerações feitas nas bases teóricas serão expostos ao leitor os três editoriais que se escolheram por serem considerados de maior relevância, sendo que em um dos dias escolhidos o editorial secundário não foi publicado para dar maior espaço para a exposição do pensamento do jornal.

Analisa-se os textos, estudando a relação das formas simbólicas com o texto e sua construção. Sabendo dos efeitos que os meios de comunicação causam nas pessoas e o seu poder de construção de realidade, é necessário pensar como estas possibilidades são assimiladas tanto pelos veículos como produtores, como pelos leitores, que a partir das exposições feitas por estes meios, sofrem de certa forma uma influência na forma de ver o mundo em que o indivíduo vive. O sentido vai sendo construído pelo leitor cada vez que se depara com um texto, que possui pistas deixadas pelos autores durante a produção que indicam alguns significados que estão subjetivos no texto, mas que tem relação com o cenário social no qual tanto a mensagem como o leitor estão inclusos.

Sendo assim, vale lembrar o objeto de estudo deste trabalho, que serão os editoriais da Folha de São Paulo em relação às manifestações de junho de 2013. A análise do discurso deste conteúdo tentará descobrir qual a opinião construída do veículo em relação aos manifestos e de que forma este usou de seu poder perante a sociedade.

#### 4.1 O Jornal A Folha de S. Paulo

O texto a seguir irá apresentar a história do veículo no qual será feita a análise de discurso, baseado nas informações obtidas junto ao histórico de portal on-line. O jornal Folha de São Paulo como é conhecido hoje tem seu início no ano de 1921, com o jornal “Folha da Noite”, que no ano de 1925 passa a ter uma edição matutina chamada “Folha da Manhã” e mais tarde também o “Folha da Tarde”. O jornal Folha de S. Paulo como é conhecido hoje, surge com a fusão dos três títulos do veículo em 1º de Janeiro de 1960.

Atualmente, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC<sup>5</sup> acessado em 30 de outubro de 2013) o jornal é o mais vendido e o mais influente entre os diários de todo o país. Segundo a Folha, o seu crescimento “foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.” A Folha estabelece na sua linha editorial como ponto de partida a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Sua missão é a de produzir informação com credibilidade, transparência, qualidade e de forma ágil, sempre baseando-se nos seus princípios editoriais. O primeiro projeto editorial do veículo foi construído no ano de 1981, sendo que desde então seis novos projetos foram elaborados na construção do Projeto Folha. No seu primeiro editorial de 1981, foi ressaltado que o objetivo de um jornal como a Folha era oferecer três coisas aos seus leitores, a informação correta, interpretação competente e pluralidade de opiniões. Neste mesmo projeto de 1981, pode-se retirar um trecho que é de suma importância para a proposta do trabalho, analisar o discurso dos editoriais do veículo e de que forma este expõe sua opinião. Desde seu princípio, o jornal deixa claro que a exposição de sua opinião é extremamente necessária:

“É necessário que o jornal, sem discriminar opiniões diversas das que adota (e, ao contrário, estimulando polêmicas com elas), tenha as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. [...] São, também, as opiniões oficialmente expostas pelo jornal que possibilitam o desenrolar de um importante diálogo silencioso entre o leitor e o seu jornal [...]” (FOLHA, 1981)

Assim como nas Jornadas de Junho, a Folha de São Paulo realizou a adesão a um grande movimento social que foi as Diretas já, no ano de 1984, outro projeto editorial foi publicado ressaltando a credibilidade e a responsabilidade do Jornal em relação às publicações durante o movimento. O jornal impostou-se perante o país como um dos principais formadores de

---

<sup>5</sup> <http://www.ivcbrasil.org.br/>

opinião, conquistando crédito e confiança da sociedade. “Antes da campanha, era difícil ignorar a Folha; depois dela, tornou-se impraticável (FOLHA, 1984).

O novo Projeto Editorial publicado em 1985 com vigência até o ano de 1986 assumiu os novos rumos que o jornal passaria a ter. Apartidarismo radical seria o carro chefe da empresa, “o desenvolvimento da Folha depende, hoje, mais da posição do jornal em relação ao mundo do que a forma pela qual ele trata o mundo e o incorpora à existência pessoal do leitor” (FOLHA, 1985). O jornal adotou uma postura crítica, aprofundando a sua linha editorial ainda mais no jornalismo crítico, partidário e plural, entendendo que os seus leitores são pluripartidários. A partir deste projeto editorial a Folha avança mais ainda na sua qualidade, em não cometer erros e levar ao seu público informações e opiniões que sejam úteis e agreguem a sua vida.

Esta busca constante pela excelência foi o norte para o Projeto Editorial de 1986 – 1987. Conforme a Folha (1986), de 84 a 86 a circulação do material pago subiu 39,5%, alcançando um total de 291.659 exemplares diários. Sendo o jornal de maior circulação no país, a preocupação do jornal continua sendo a qualidade, informações exclusivas e, principalmente, exatas.

No decorrer de sua história, mais dois Projetos Editoriais foram apresentados, sendo um deles o de 1988 – 1989, chamado de “A hora das reformas” destacando a importância de corrigir suas falhas e o Projeto Editorial de 1997 “Caos da Informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático”. Os profissionais da Folha de São Paulo seguem atualmente o Manual da Redação, criado em 1984 para além de impor as regras gramaticais e a padronização da imagem, “dava ao jornalista noções de produção gráfica, definia conceitos e servia como base para discussões no dia-a-dia da redação” (FOLHA, 1984). O manual passou por revisões e ampliações nos anos de 1987, 1992, 2001 e 2010 o qual vigora até hoje.

## **4.2 Análise de Discurso**

O discurso jornalístico não surge de forma qualquer dentro de um veículo de comunicação, mas, sim, através do processo de construção feito em enquadramentos sociais e culturais. Conforme Benetti (2007) é necessário compreender que em primeiro lugar o discurso “depende de dos sujeitos para existir, isso significa que é produzido por estes sujeitos – não apenas pelo autor da fala ou enunciador, mas também pelo sujeito que lê” (2007, p.108). Os jornalistas realizam interações sócio culturais com suas fontes, estas que são selecionadas para

formar suas opiniões e articular assim “interesses comuns” (SANTOS apud BENNETI, 2007, p.116)

Para a compreensão do discurso jornalístico, diversos modos podem ser usados, porém para este trabalho iremos considerar somente a Análise de Discurso Francesa por ser considerada ideal para que se possa fazer a identificação dos sentidos e sua análise.

Benetti (2007) traz o dizer do homem como algo que é afetado por um sistema formado pela língua, cultura, ideologia e imaginário. “Os sentidos não estão presos ao texto nem emanam do sujeito que lê, ao contrário eles resultam de um processo de inter-ação texto/leitor (MARIANI, apud BENNETI, 2007, p.109).

O jornalismo, portanto, constrói sentidos sobre a realidade tendo a notícia como um dos eixos norteadores. Da mesma forma com que as notícias são locais de construção de discursos, os editoriais podem exercer a mesma função, sendo inclusive mais diretos neste sentido por ser o espaço onde o veículo, ou o jornalista pode expressar o seu ponto de vista de forma objetiva e clara. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura na ideologia, no imaginário.” (BENNETI, 2007, p. 111). Para que possamos compreender e aplicar o método da análise do discurso, é necessário ver as duas camadas nesta construção de discurso, a primeira e mais visível delas conforme a autora é a camada discursiva, e a segunda a camada ideológica, evidenciada quando utilizamos o método da análise.

Para uma análise consistente, o processo inicia-se já no próprio texto na identificação das formações discursivas, “uma espécie de região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido” (BENNETI, 2007, p.112). Ao falar de sentidos, a autora faz ligação direta com a configuração ideológica, afinal, o não dito tem tanta força quando o dito, ou seja, há uma razão para que para determinados sentidos estejam no texto, cabe identificar porém o porquê de estarem silenciados.

Ao todo, foram publicados pela Folha de São Paulo durante o mês de junho de 2013, 59 editoriais, sendo que destes 24 abordavam as manifestações e para a análise foram escolhidos, três editoriais, que foram colocados em um quadro e numerados para facilitar a identificação. A partir disto, apresentam-se as categorias que são, conforme Benetti (2007) regiões de sentidos determinados por configurações ideológicas. Feita esta escolha de categorias, faz-se a sua análise, utilizando o que iremos chamar de Sequência Discursiva (SD), que serão identificadas no texto, utilizando o método de realce, esses trechos dos editoriais realçados irão auxiliar para explicar o porquê de afirmarmos que determinada formação tem aquele sentido.

Faz-se a análise, levando em conta quatro categorias:

**Objetividade:** baseada em pensamentos do autor Marques de Melo para que possamos compreender de que forma os editoriais foram construídos;

**Cultura,** ou seja, textos e expressões que atravessam o entendimento do que está escrito provindos da cultura popular brasileira e até mesmo da cultura jornalística;

**Poder:** desde o constituído ao poder que emerge das massas e as figuras de linguagem que indicam ou evidenciam o poder;

**Estereótipo:** observando se existe algum rótulo, trazendo de que forma os textos rotularam as marchas e seus participantes e como a construção dos discursos foi relacionada as expressões como vandalismo.

Os textos escolhidos para a análise serão apresentados no Quadro 2:

#### **Quadro 2 – Editoriais analisados**

<b>Texto</b>	<b>Nome</b>	<b>Data</b>
Texto 01	Retomar a Paulista	13/06/2013
Texto 02	Agentes do Caos	15/06/2013
Texto 03	Incógnita nas Ruas	19/06/2013

Fonte: Elaboração Própria, 2014

## 5. ANÁLISE DO DISCURSO DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Para iniciar a análise, parte-se do pressuposto que o editorial, conforme Melo (2010), expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento, ou seja, é o porta-voz da instituição jornalística. O autor também aponta características específicas como a impessoalidade, topicalidade, condensabilidade e plasticidade.

No editorial, não existem ironias e interrogações não são bem vindas, o seu papel é auxiliar o leitor a tomar uma posição sobre determinado tema, portanto, deve ser objetivo ao explanar suas ideias. Mas a pergunta para iniciar-se a análise é: a objetividade é dominante e revelada nas marcas do discurso?

Lembramos que o editorial, conforme Melo (2010), é produzido coletivamente, mas deve manter-se impessoal, sem dogmas, com um tema bem definido e principalmente, objetivo, ao menos na sua totalidade. No texto Retomar a Paulista encontramos marcas de subjetividade do autor no discurso, em relação aos protestos que são feitos na Av. Paulista. Aparentemente, os comentários estão ligados ao aumento das tarifas e pela má qualidade do transporte público. Os protestos nos editoriais foram apresentados como ainda mais prejudiciais à situação do transporte público, que apesar de criticado, não foi abordado com detalhes e dados nos dias de manifestações.

“Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de **protestos abusivos**, que **prejudicam milhões** para chamar a **atenção do público**.” (FSP<sup>6</sup>, Texto 1, grifo do autor)

Percebe-se que se trata de um texto que inicia sua ideia desmoralizando as manifestações, o que pode ser percebido a partir da contextualização de “protestos abusivos”, sem caracterizar o que seriam estes abusos claramente. São abusivos por estarem cobrando uma tarifa menor para o transporte público? Prejudicando o direito de ir e vir de outros que encontravam-se impossibilitados de percorrer a Paulista? (A não ser juntando-se à marcha). Neste mesmo texto, o jornal deixa claro que toda a agitação não passa de barulho desnecessário e desculpa para depredação e vandalismo:

---

<sup>6</sup> Folha de São Paulo

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metro de R\$ 3 para R\$ 3,20 – abaixo da inflação, é útil assinalar – **não passa de pretexto**, e dos mais vis. São Jovens predispostos a violência por **uma ideologia pseudorrevolucionária**, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar de ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. **O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar** equipamentos públicos e o que se toma por símbolo do poder capitalista. (FSP, texto 1, grifo do autor)

A primeira impressão, que temos ao ler este trecho do texto 1 é de que as manifestações não possuem um motivo sério, ou seja, é uma desculpa de um determinado grupo que tem a falsa (pseudo) ideia de “mudar o Brasil” através de uma suposta forma violenta (revolucionária), que está oculta nas bandeiras que o movimento adota para ir às ruas e vandalizar o patrimônio público/privado. Encontramos este mesmo posicionamento em relação a estes pretextos de manifestação em outro editorial que condena a forma com que o Movimento Passe Livre (MPL), age em relação a estes pequenos grupos predispostos à violência.

O Movimento Passe Livre preconiza a paralização de São Paulo em nome da **irreal reivindicação da tarifa zero** para os transportes públicos. **Tolera, se não acolhe, facções interessadas em apenas depredar equipamentos públicos**, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em **praças de guerra**. (FSP, texto 2, grifo do autor)

Ao fazer esta crítica ao MPL, o jornal passa a ideia de que o movimento está ligado aos vândalos ao dizer que estes são acolhidos no MPL, que supostamente sabe a intenção que este determinado grupo tem. Atribuir o sentido de irrealidade as reivindicações reafirma a ideia de que não passa de uma desculpa para os atos violentos que aconteciam durante as manifestações. Da mesma forma, ao comparar os locais das manifestações com praças de guerra, o jornal dimensiona a violência dos conflitos para uma proporção alarmante. O jornal vai além ao abordar no mesmo texto a polícia e sua ação violenta, caracterizando-a como despreparada para lidar com a situação:

Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia. **Tampouco foi eficaz a ação da PM**, afinal ela acabou **contribuindo para paralisar a cidade**, mais até do que o próprio protesto. De promotores da paz pública, **policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência** que lhes cabia reprimir dentro da lei, da legitimidade e da razão. (FSP, texto 2, grifo do autor)

O jornal atribui no trecho acima a característica de “agentes do caos e da truculência” aos PMs, caracterizando-os como parte de toda a confusão e violência dos manifestos por serem

ineficazes e despreparados para lidar com uma situação deste porte, sendo assim, o jornal atribui a ideia de que as forças policiais ao invés de auxiliar no controle das manifestações passaram a ser mais um fator que auxiliou a tornar a cidade caótica e congestionada.

Passa-se a analisar os editoriais em outra categoria, a cultura. No dia anterior a edição de 15 de junho, um novo fato ocorreu nas manifestações: a polícia passou a agredir à imprensa, além dos manifestantes. Leva-se em consideração neste momento que a imprensa sempre esteve presente em manifestações, percebendo-se assim a importância de sua participação nos movimentos, principalmente para as forças policiais.

Há uma razão adicional para a força policial **não tomar jornalistas por alvo**: o trabalho da imprensa **oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário** que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas. (FSP, texto 2, grifo do autor)

Ao falar deste testemunho, o texto traz a expressão “sectário”, ou seja, um dogma admitido sem contestação, neste caso o radicalismo por parte dos manifestantes. Percebe-se então que a polícia evita conflitos com a imprensa, para de certa forma utilizá-la para retratar a violência das marchas por parte dos manifestantes. Já, do outro lado desta discussão, os manifestantes justificam os atos como um efeito colateral da ação truculenta dos PMs.

**Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação** à suposta **brutalidade da polícia**, que **acusam de reprimir** o direito constitucional de manifestação. (FSP, texto 1, grifo do autor)

Nesta leitura, além do cinismo ao dizer que os manifestantes não possuem nada na cabeça além de capuzes, ou seja, não raciocinam da forma adequada, percebe-se, com clareza, a tentativa do discurso de dividir a culpa pelos atos de violência para ambos dos lados através da justificativa que a violência é uma reação, uma consequência dos atos praticados pela polícia. Ainda, neste trecho, há uma marca clara que remete a mobilizações e atos passados, ao utilizar a expressão “acusam de reprimir” que denotativamente pode significar somente uma represália por parte da PM, mas que comutativamente nos remete a épocas de repressão e até mesmo à ditadura militar.

O texto 3, cujo título é Incógnita nas ruas, do dia 19 volta a tratar das manifestações, porém não como manifestações truculentas como nos textos anteriores e, sim, como pacíficas com atos mais extremos provocados por uma minoria e buscando demonstrar que foi um equívoco subestimar as ações do Movimento Passe Livre.

Isso não é razão para desmerecer o movimento, por certo. Não faltam exemplos, **na história recente do Brasil**, de transformações políticas iniciadas com **manifestações desse segmento social** – basta citar as **eleições diretas e o impeachment de Fernando Collor**. (FSP, texto 3, grifo do autor)

Percebe-se, no trecho acima, como o jornal tenta se desvincular de uma imagem de veículo contrário às manifestações Citando a “história recente do Brasil”. O jornal resgata mobilizações dos anos 80 e 90, nas quais a Folha se tornou uma referência nacional com credibilidade e firmou sua opinião perante o público ao apoiar as manifestações que também foram incitadas por jovens como as das jornadas de junho.

A expressão “não são só por 20 centavos” foi utilizada para justificar que as manifestações vão além do aumento das tarifas, a insatisfação com os governos de Dilma Rousseff<sup>7</sup>, Alckmim<sup>8</sup>, Sérgio Cabral<sup>9</sup> e Fernando Haddad<sup>10</sup>, chegaram aos protestos. Nesse contexto surge o terceiro elemento de análise, o **poder**. Os editoriais em diversos momentos colocaram o poder em seus discursos. Não falamos somente do poder das marchas e, sim, dos poderes instituídos na imposição da lei e da ordem nas marchas.

É hora de pôr um ponto final nisso. **Prefeitura e Polícia Militar** precisam fazer valer **as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista**, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. Não basta, porém, exigir que os organizadores informem **a Companhia de Engenharia e Tráfego (CET)**, 30 dias antes o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, **o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos**. No que taca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: **a força da lei**. Cumpra investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo a reincidência. (FSP, texto 1, grifo do autor)

O jornal, nos três textos analisados, falou sobre os poderes públicos e os poderes das manifestações, no caso, o MPL. Denota-se no trecho acima extraído do texto 1, que as Jornadas de Junho recebem uma atenção maior ao mesmo tempo que lhes é atribuído poder ao serem colocadas como “potencialmente mais perturbadoras”. Neste caso, potencialmente perturbadoras não significa somente paralisarem o trânsito paulista ou causar prejuízos públicos, mas, sim, por serem representativamente fortes perante a maior parte da população e terem o apoio da massa como já foi citado.

---

<sup>7</sup> Presidente da República Federativa do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT)

<sup>8</sup> Governador de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

<sup>9</sup> Governador do Estado do Rio de Janeiro pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

<sup>10</sup> Prefeito da Cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT)

Vale ressaltar que a política também foi alvo de críticas e apesar de manifestarem-se em relação às manifestações, o poder das marchas é puramente popular, o que facilita o caos e desentendimentos com autoridades. ”Em primeiro lugar, a ausência de uma voz unificada torna a interlocução com o poder público muito difícil.”

A ausência de uma voz unificada neste caso é colocada dando a ideia da falta de uma organização por parte dos manifestantes, uma falta de liderança nos manifestos que apesar de seguirem a mesma direção na marcha, lutavam por ideais diferentes. O total poder popular e o apartidarismo do movimento, ao menos assim foram as declarações dos manifestantes, também é questionado pelo veículo em seu editorial do dia 19

Até aqui, **o movimento rejeitou a instrumentalização por partidos políticos** (84% declararam ao Datafolha **não ter preferência partidária**). Mas se só os ingênuos deixarão de reconhecer que **leva água para correntes a esquerda do PT**, como PSOL e PSTU – ou que posa, principalmente, vir a engrossar o apoio a Marina Silva e sua Rede. (FSP, texto 3, grifo do autor)

No que tange ao poder e questões políticas, apesar de expressar o apartidarismo dos movimentos em seus textos, percebe-se claramente que a Folha caracteriza as manifestações como de esquerda, ou seja, contra o governo do PT por seus escândalos, sinalizando de certa forma o apoio das marchas a frentes contrárias do atual governo, como no caso citado acima, Marina Silva.

Alvo de muitas críticas durante as manifestações, os veículos de imprensa, inclusive a Folha de São Paulo, foram acusados de apresentarem discursos que não condiziam com a realidade das marchas, as caracterizando somente como manifestações violentas. Para finalizar a análise, busca-se entender os estereótipos, como o jornal rotulou as jornadas de junho, desde seus manifestantes até as suas motivações.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do **grupelho**: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. (FSP, Texto 1, grifo do autor)

A intenção ao utilizar a palavra grupelho, neste caso, é para reduzir a importância destes. Denominando-os assim, o jornal induz ao leitor a também considerar estes grupos como facções insignificantes que tem por único objetivo causar estragos ao patrimônio público. Da mesma forma que o jornal rotula os manifestantes com a única intenção de causar estragos como “grupelho”, os atos de vandalismo também são rotulados pelo veículo como atos criminosos e que devem ser repreendidos.

No que toca ao **vandalismo**, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma **de criminalidade**, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência. (FSP, texto 1, grifo do autor)

Nesta questão, ressalta-se que os protagonistas pelos atos de vandalismo nos protesto deixam de ser simples jovens pré-dispostos a violência e passam a ser considerados como criminosos, da mesma forma como ladrões ou assassinos e merecem ser repreendidos da mesma forma como os outros casos. Abaixo, encontramos outras marcas que caracterizam os manifestantes como vândalos pelas suas rudimentares.

Os poucos **manifestantes** que parecem ter algo na cabeça **além de capuzes** justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusa de reprimir o direito constitucional de manifestação. (FSP, texto 1, grifo do autor)

A violência foi o maior rótulo concebido às manifestações e o mais apresentado pelos editoriais, tanto objetivamente como subjetivamente, quando o jornal fala da participação da PM nos protestos.

“Contra **manifestantes**, PM paulista agiu com inaceitável violência, que **lhe cumpria coibir**; paradoxalmente, ajudou a parar São Paulo.” (FSP, texto 2, grifo do autor)

Em questão, nos deparamos com uma afirmação subjetiva que os atos violentos eram incitados pelos manifestantes. Ao falar que cumpria à PM coibir a violência, entendemos que os participantes das marchas são pessoas integrantes de facções, como já mencionado anteriormente, apenas interessadas em depredar e causar tumultos, prejudicando os demais integrantes e até mesmo pessoas que não participavam da marcha, mas que foram afetados pela destruição de prédios públicos, bancos, paradas de ônibus entre outros. Ao menos é o que se entende conotativamente no que diz respeito a parar São Paulo. Esta ideia da violência dos manifestantes pode ser encontrada abaixo:

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, **um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle**, ainda mais grave que o **vandalismo e a violência dos manifestantes**, que tinha por missão coibir. Cabe a PM impor a ordem e não contribuir para a **desordem**. (FSP, texto 2, grifo do autor)

Com esta leitura, percebe-se mais claramente que o jornal, mesmo não se posicionando contra as manifestações, condena os conflitos entre PMs e manifestantes. Destaca-se aqui a palavra truculência, que caracteriza as forças policiais com excesso de violência e até mesmo brutalidade. Mesmo que os estereótipos encontrados nos editoriais sejam mais voltados à

violência dos manifestantes e aos atos de vandalismo, as causas que eram tidas como motivadoras dos protestos foram reduzidas pelo editorial do veículo.

“Sua reivindicação de reverter a tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 – abaixo da inflação, é útil assinalar – **não passa de pretexto** dos mais vis.” (FSP, texto 1, grifo do autor).

O que se pode identificar aqui é que todos os gritos de ordem das manifestações, segundo a Folha, foram usados como uma forma de justificar todas as mobilizações, tumultos e ações provocadas pelas Jornadas de Junho, inclusive os atos de vandalismo. Com esta ideia, o texto propõe reduzir a importância das causas para que de certa forma as marchas não obtivessem uma aceitação tão grande por motivos sem sentido, ou como dito, pretextos. No texto Incógnita nas ruas, encontramos outras marcas reducionistas em relação aos motivos das manifestações.

“**Não são só 20 centavos**” foi uma das palavras de ordem da passeata de segunda-feira em São Paulo. De fato, **eram muitas bandeiras**: de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando **por vagos pedidos** por “mais direitos” (FSP, texto 3, grifo do autor)

A expressão “Não são só 20 centavos” imersa no texto pode parecer uma resposta aos questionamentos do por que tantos atos. No entanto, ao pensarmos esta expressão de modo conotativo, podemos ver que ela não passa de uma ideia vaga, ainda mais levando em consideração que em outras capitais onde este mesmo slogan foi adotado, a tarifa do transporte público era inferior ou superior a estes 20 centavos paulistas, ou seja, adotada pelo simples fato de justificar o motivo de estarem na rua, sem realmente ter um significado, pois pode ser pensada de outra forma como, 20 centavos para quê? Por quê? Esta falta de sentido da expressão mais utilizada durante os protestos e reducionista é reafirmada com a expressão “vagos pedidos”, pois não foram explicados em momento algum o que seriam estes “mais direitos” tão cobiçados pela parcela que foi as ruas.

Com esta análise percebe-se que a postura dos editoriais da Folha de São Paulo quando o assunto em questão foram as Jornadas de Junho foi sempre uma postura crítica para ambos os lados, tanto dos manifestantes ao serem rotulados, bem como das forças policiais ao agirem de forma truculenta. Percebe-se que houve uma busca pela neutralidade por parte do veículo ao assumir uma postura crítica em relação as manifestações, tanto por parte da ação das forças policiais como das ações dos manifestantes, que não foi alcançada com tanto sucesso como se esperava, variando de discursos agressivos em relação às marchas, a discursos mais conformados com as lutas dos manifestantes. Percebe-se que os movimentos protagonizados

pela classe média realmente possuíam múltiplas reivindicações que foram apresentadas nos editoriais durante as jornadas de junho como reivindicações por mais direitos, tarifas menores no transporte público e punição aos atos de corrupção e que sobretudo em manifestações como estas, o respeito da lei e da ordem faz-se fundamental para que os objetivos sejam alcançados por todas das partes envolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo principal encontrar através da análise de discurso dos editoriais da Folha de S. Paulo, marcas que revelassem o seu posicionamento em relação as manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho.

Através da construção da fundamentação teórica e da análise dos editoriais da Folha de S. Paulo sobre as manifestações de junho, percebe-se que o jornal adotou uma postura crítica em relação aos acontecimentos nas jornadas, tanto por parte das forças policiais como dos manifestantes, buscando parecer imparcial em relação ao apoio ou não as manifestações. Em seus 24 editoriais publicados que possuíam alguma relação com o movimento, percebemos que a opinião do jornal variava, passando de discursos agressivos em relação as marchas, a textos mais pacíficos com certa aceitação ao movimento. Essa preocupação se dá justamente porque a publicação não é um mero instrumento de informação, ela é parte de um negócio. Mesmo com o esforço do jornal em parecer neutro, em suas publicações encontramos marcas da sua insatisfação com as marchas que foram retratadas como um movimento irreal, vazio e que tinha por objetivo causar a depredação, chamando a atenção da imprensa.

O discurso editorial é um discurso que conversa diretamente com o leitor e tem por objetivo auxiliar, de certa forma, na construção de um entendimento popular sobre determinado assunto. Portanto percebe-se que a imparcialidade, isenção e neutralidade são muito mais estratégias de caráter mercadológico do que uma prática de posicionamento ético/ideológico desses meios, que pelo que foi posto, não é praticada.

Tratando-se de um tema relativamente novo para a maioria dos pesquisadores, ainda há muito a ser explorado no que diz respeito as Jornadas de Junho, cabendo um estudo mais aprofundado em relação aos discursos da imprensa sobre os atos que aconteceram nas principais capitais do país. Muitas opiniões ainda surgem sobre os motivos que levaram milhões de jovens as ruas e sobre como estes agiram durante as manifestações, sendo possível também realizar estudos mais específicos, tanto em relação aos jovens que estiveram nas ruas, como também de como os poderes agiram em relação as jornadas.

## REFERÊNCIAS

- ALZAMORA, Geane, ARCE, Tacyana, UTSCH, Raquel, “Acontecimentos agenciados em rede” in SILVA, Regina Helena Alves da (org). Ruas e Redes: dinâmicas dos protestosbr, 1 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2014
- BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia. *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos*, 1ed. Insular, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.
- Entenda a PEC 33 (Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/entenda-a-pec-33> (04 de setembro de 2013). Visitado em 15 de outubro de 2014
- Entenda a PEC 37 (Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/pec-37-o-que-e-platb/> Visitado em 15 de outubro de 2014.
- GUARESCHI, Pedrinho A.(COORD.) e controle social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 71p.
- Instituto Verificador de Circulação (Disponível em: <http://www.ivcbrasil.org.br/>). Visitado em 30 de outubro de 2014
- LOGO, Cláudia; BENNETI Márcia – Metodologia de Pesquisa em Jornalismo, Ed. Vozes, 2007.
- MAIOR, Jorge Luiz, “A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais” in MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil - 1. ed.* - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013
- Manifestações agradam a 84% dos brasileiros, diz pesquisa Ibope R7 (Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013> (6 de agosto de 2013). Visitado em 19 de agosto de 2014
- MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades Rebeldes [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil - 1. ed.* - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013
- MEDITSCH, Eduardo, “Jornalismo e Acontecimento”. BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia. *Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos Críticos*, 1ed. Insular, 2010.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. 238p
- MELO, José Marques, José. *Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: Ed. FTD, 2010.
- MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. *Gêneros Jornalísticos no Brasil*. São Paulo: Ed. Metodista de São Paulo, 2010.
- MOLOTCH, Harvey e LESTER Marilyn. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). O jornal da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NOBLAT, Ricardo. A Arte de Fazer um Jornal Diário. 4 ed. – São Paulo, Contexto, 2003.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 2 Ed. São Paulo. Editora Contexto. 2005.

Projeto Editorial de 1981 - A Folha e alguns passos que é preciso dar (Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_81\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_81_1parte.htm)) Visitado em 22 de setembro de 2014

Projeto Editorial de 1984 - A Folha depois da campanha das Diretas já (Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_84\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_84_1parte.htm)) Visitado em 22 de setembro de 2014

Projeto Editorial de 1985 – Novos Rumos (Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_85\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_85_1parte.htm)) Visitado em 23 de setembro de 2014

Projeto Editorial de 1986 – A Folha em busca da excelência (Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_86\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_86_1parte.htm)) Visitado em 23 de setembro de 2014

RODRIGUES, Adriano In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

SAKAMOTO, Leonardo, “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas” in MARICATO, Ermínia [et al]. Cidades Rebeldes [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

SECCO, Lincol, “As Jornadas de Junho” in MARICATO, Ermínia [et al]. Cidades Rebeldes [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

SILVA, Regina Helena Alves da (org.). Ruas e Redes: dinâmicas dos protestosbr, 1 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2014

SOUZA, Jésus Barbosa. Meios de comunicação de massa: jornal, televisão, rádio. São Paulo: Scipione, 1996

Texto Editorial – Agentes do Caos (Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/15/2/>) Visitado em 29 de setembro de 2014)

Texto Editorial – Retomar a Paulista Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/13/2/> ) Visitado em 2 de outubro de 2014.

Texto Editorial – Incógnita nas Ruas ( Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/19/2/>) Visitado em 8 de outubro de 2014

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja Ltda, 1993

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. 2. ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

# Retomar a Paulista

**Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público**

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo — e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 — abaixo da inflação, é útil assinalar — não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com

isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir — menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpra-se investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

## ANEXO 2

# Agentes do caos

**Contra manifestantes, PM paulista agiu com inaceitável violência, que lhe cumpria coibir; paradoxalmente, ajudou a parar São Paulo**

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem.

O Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolerar, se não acolher, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra.

No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.

Sete repórteres da **Folha** terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. O comandante da PM diz que o disparo foi feito para o chão.

Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, as agressões sofridas por repórteres desta **Folha** — e de outros órgãos de imprensa. Antes

de mais nada, como qualquer cidadão, eles não poderiam ser atacados por policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia.

Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas.

As arbitrariedades cometidas pela polícia no quarto protesto não poderiam contrastar de modo mais nítido com a exemplar disciplina exibida pelo PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação. Ele sacou a arma, mas não disparou, mesmo isolado e ferido por manifestantes. “Somos treinados para manter o autocontrole”, declarou.

Lamentavelmente, o comportamento da PM na quinta-feira veio impugnar a expectativa de que a tropa revelasse o mesmo senso de equilíbrio e, por que não, de coragem. Pois há coragem em manter a calma e o discernimento sob ameaça de uma multidão. Revela-se despreparo — e covardia —, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela manifestação.

Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia. Tampouco foi eficaz a ação da PM, afinal ela acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto.

De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão.

## Incôgnita nas ruas

**Apesar de cenas isoladas de vandalismo, protestos mobilizam a classe média insatisfeita com desempenho de vários níveis de governo**

Quando se iniciaram os protestos contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, com seus episódios de vandalismo dos manifestantes e de violência policial, um equívoco comum foi subestimar a ressonância que o Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social.

O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em geral pacífico das marchas deixaram patente que a depredação partiu de grupos minoritários.

Por mais que a ação truculenta da Polícia Militar paulista, na quinta-feira, tenha sido decisiva para engrossar a multidão nas ruas, está claro que a reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários.

“Não são só 20 centavos” foi uma das palavras de ordem da passeata de segunda-feira em São Paulo. De fato, eram muitas as bandeiras: de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando por vago pedidos por “mais direitos”.

Políticos, como seria de prever, tornaram-se alvos dos manifestantes. A presidente Dilma Rousseff (PT), os governadores Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), foram criticados nos maiores protestos.

Nada disso torna menos irrea-

de invasão do Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual), manteve conduta apaziguadora.

Continua válido, nesse sentido, o princípio de que os protestos deveriam obedecer a regras e itinerários negociados com a polícia, de maneira a evitar o colapso frequente da circulação urbana.

As pessoas precisam trabalhar e chegar em casa. Não é justo que manifestações por mobilidade, a toda hora, as impeçam de ir e vir. Menos ainda que sejam expostas à violência, parta de quem partir.

De resto, as marchas não são representativas da demografia brasileira. Pesquisa Datafolha entre os participantes constatou que a maioria tem diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Ou seja, a adesão é maior entre jovens de classe média, se não de classe média alta.

Isso não é razão para desmerecer o movimento, por certo. Não faltam exemplos, na história recente do Brasil, de transformações políticas iniciadas com manifestações desse segmento social — basta citar as eleições diretas e o impeachment de Fernando Collor.

Há muitas diferenças com as mobilizações dos anos 1980 e 1990, contudo. Esta agora tem muito de espontâneo e descentralizado, definindo-se mais pelo recurso a meios tecnológicos (redes sociais e telefonia celular) do que pela liderança exercida por organizações.

Até aqui, o movimento rejeitou a instrumentalização por partidos políticos (84% declararam ao Datafolha não ter preferência partidária). Mas só os ingênuos deixarão de reconhecer que leva água para correntes à esquerda do PT, como PSOL e PSTU — ou que pos-

Nada disso torna menos irrealista a demanda maior do movimento, tarifa zero. Para tanto, em São Paulo, seria preciso agregar ao subsídio anual de R\$ 1 bilhão outros R\$ 4,6 bilhões — 92% do que se arrecada com o IPTU.

Com a capacidade de investimento do Estado — em todos os níveis de governo — reduzida a quase nada por anos de estreiteza e inépcia na condução da economia, aumentar o subsídio ao transporte nessa proporção é impraticável.

Por outro lado, suspender o reajuste (em São Paulo, de R\$ 3 a R\$ 3,20) é decisão política extremamente custosa, na medida em que possa traduzir capitulação do poder público perante atos violentos.

O tamanho das marchas se impôs como índice de mudança de qualidade dos protestos. Mal ou bem, a massa falou pela maioria e falou contra os poderes instituídos.

São decerto condenáveis, até criminalmente, os atos de vandalismo e a depredação a palácios (a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi o pior exemplo). É positivo que o MPL tente isolar e conter manifestantes violentos, como diante da prefeitura paulistana.

Registre-se também que, pelo menos nos protestos de segunda-feira em São Paulo, a polícia se redimiu dos abusos cometidos dias antes. Mesmo diante da ameaça

como PSOL e PSTU — ou que possa, principalmente, vir a engrossar o apoio a Marina Silva e sua Rede.

A fluidez e a desorganização dos protestos tornam sua pauta caleidoscópica, multifacetada e cambiante. Essa é a sua força, e também sua vulnerabilidade.

Em primeiro lugar, a ausência de uma voz unificada torna a interlocução com o poder público muito difícil. Depois, a direção fragmentada abre inúmeras oportunidades para a ação de grupos arruaceiros — como ficou claro com os saques de ontem. A falta de foco, por fim, tende a multiplicar as demandas, o que também serve para diluí-las.

Não será surpresa se o movimento acabar por esvaír-se e for eclipsado na campanha eleitoral de 2014, cuja antecipação pode agora ser vista como sintoma de falência da política atual, tão bem representada pelo Congresso.

Ninguém esperava que transcorresse assim, mas tal é a forma que assumiu a tantas vezes prognosticada insatisfação das classes médias com o que há de disfuncional no Estado brasileiro, após dez anos de PT no governo federal e quase duas décadas de PSDB no comando do principal Estado do país.

Como na marcha de muitas cabeças em São Paulo, é difícil prever onde esse caudal irá desembocar. Nem os manifestantes sabem.